deve ler-se:

«Procuradora-geral-adjunta Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago;
Procurador da República João Aibéo Fernandes Nogueira;
Procuradora da República Ana Maria Carvalho Massena Carreiro.»

4 de janeiro de 2013. — A Diretora do Departamento de Apoio Geral, *Maria Eufémia Fonseca*.

206651123

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Aviso n.º 552/2013

Por despacho de S. Ex.ª a Ministra da Justiça de 03 de dezembro de 2012 e nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do regulamento da prova de aptidão publicado como anexo à Portaria n.º 1200/2010, de 29 de novembro, publica-se, após homologação, a lista dos candidatos aprovados na prova de aptidão para agente oficial da propriedade industrial publicitada através do Aviso n.º 24434/2011, de 22 de dezembro:

Ana Maria Mendes Sebastião
Ana Maria Silva Eugénio
Ágata Sofia Ferreira Bento Pinho
Cátia Cristiana Jorge Ribeiro
Joana Isabel Dez-Reis Grilo
Luís Ricardo Lebreiro Caixinhas

3 de janeiro de 2013. — A Presidente do Júri, *Maria Leonor Mendes da Trindade*.

206648808

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 553/2013

Por meu despacho, datado de 15 de novembro de 2012, foi José Alberto Sá Marques de Carvalho, notário na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Tomar, ficando afeto à Conservatória do Registo Civil do respetivo município, nos termos das disposições conjugadas do n.º 5 do artigo 107.º e n.os 1, 2 e 4 do artigo 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, a contar do dia 1 de dezembro do corrente ano. (Não carecem de visto do Tribunal de Contas)

19 de dezembro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Luís Pereira Figueiredo.*

206651772

Aviso (extrato) n.º 554/2013

Por meu despacho, datado de 4 de outubro de 2012, foi Dora Maria Neves Várzea, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Cascais, ficando afeta à Conservatória do Registo Civil do respetivo município, nos termos conjugados do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, com efeitos a contar do dia 1 de dezembro do corrente ano.
(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

19 de dezembro de 2012. — O Presidente do Conselho Diretivo, *António Luís Pereira Figueiredo*.

206651723

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 616/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos nºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta do meu gabinete a licenciada Gisela Morgado de Andrade.

2 — A designada fica autorizada a exercer as atividades referidas na alínea b) do n.º 3 do artigo 7.º do referido Decreto-Lei.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 2 de janeiro de 2013.

4 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

3 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Energia, *Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade.*

ANEXO

Nota curricular

Nome – Gisela Morgado de Andrade

Habilitações Literárias:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007)

Outra formação relevante:

Mestrado em Direito Administrativo e Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa (2009)
Diplomada em Direito Público Europeu pela Academia de Direito Público Europeu (2009).

III – Currículo profissional:

Advogada na Sociedade de Advogados *Sérvulo e Associados*, integrando o Núcleo de Direito Público, desde março de 2011.
Estágio na Sociedade de Advogados *Sérvulo e Associados*, com incidência na área do Direito Público (Direito Constitucional, Direito Administrativo Geral, Contratação Pública), entre maio de 2008 e março de 2011.

206650192

Autoridade para as Condições do Trabalho

Declaração de retificação n.º 30/2013

Por ter sido publicado com inexatidão no despacho (extrato) n.º 16339-B/2012, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 247, 2.º suplemento, de 21 de dezembro de 2012, a p. 40460-(4), retifica-se que onde se lê «com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2012» deve ler-se «com efeitos a partir de 18 de dezembro de 2012».

26 de dezembro de 2012. — O Inspetor-Geral, *José Luís Pereira Fort*e.

206649764

Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto

Aviso (extrato) n.º 555/2013

No cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal, conforme aviso n.º 4771/2012 publicado na 2.ª série do *Diário da República* do dia 29/03/2012,foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 01 de janeiro de 2013, com o trabalhador Pedro Manuel Alves de Pinho Ferreira, na carreira geral de Assistente Técnico, tendo o mesmo sido posicionado entre a 1.ª e a 2.ª posição remuneratória da categoria e carreira de assistente técnico, e entre o nível 5 e 7 da tabela remuneratória única, anexa à portaria 1553-C/2008, de 31 de dezembro.

3 de janeiro de 2013. — O Presidente do Conselho Executivo, *Joaquim Cavalheiro*.

206650102

Programa Operacional Potencial Humano

Despacho n.º 617/2013

Estabelece a alínea *d*) do n.º 3 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007 de 17 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, e pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, de 28 de abril, que o Gestor que preside à Comissão Diretiva do respetivo Programa Opera-